



PREVALÊNCIA DE OBESIDADE INFANTIL EM ESCOLARES DE 0-10 ANOS NA CIDADE DE ACARAÚ/CE – UM ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO

FAGNER MATEUS GOMES DE FARIAS; CINTIA CARNEIRO ARAÚJO

RESUMO

A obesidade infantil configura-se como um grave problema de saúde pública, com crescente prevalência mundial e nacional. Este estudo teve como objetivo analisar a prevalência de obesidade em crianças de 0 a 10 anos no município de Acaraú/CE, com base nos dados secundários do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional referentes ao ano de 2024. Trata-se de um estudo epidemiológico, transversal e descritivo, com análise de dados públicos organizados por faixa etária, sexo e estado nutricional. Os resultados revelaram que, entre crianças de 0 a 5 anos, 12,73% dos meninos e 10,46% das meninas apresentaram peso elevado para a idade. Já entre as crianças de 5 a 10 anos, a prevalência foi de 16,61% para meninos e 12,68% para meninas, superando as médias nacionais. Verificou-se maior prevalência entre os meninos nas duas faixas etárias analisadas. Esses achados sugerem uma tendência preocupante, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade social, como é o caso de Acaraú, onde fatores como alimentação inadequada, sedentarismo e contexto socioeconômico desfavorável contribuem para o aumento dos casos. O estudo destaca a importância do fortalecimento de políticas públicas como o Programa Saúde na Escola e o Programa Crescer Saudável, bem como da atuação intersetorial no território, com protagonismo das equipes de saúde e educação. Apesar das limitações do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, como cobertura restrita e subnotificação, os dados analisados fornecem subsídios relevantes para o planejamento de ações de prevenção e controle da obesidade infantil, reforçando a importância da vigilância nutricional contínua e da atuação do nutricionista na Atenção Primária à Saúde.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; Obesidade Infantil; Vigilância Nutricional.

1 INTRODUÇÃO

A obesidade infantil é uma condição crônica caracterizada pelo acúmulo excessivo de gordura corporal, que compromete a saúde e o bem-estar da criança. Nas últimas décadas, a prevalência de obesidade infantil tem aumentado significativamente tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, sendo considerada uma das maiores ameaças à saúde pública mundial. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2020, mais de 39 milhões de crianças menores de cinco anos apresentavam excesso de peso no mundo (OMS, 2021).

No Brasil, o panorama é igualmente preocupante. De acordo com dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), em 2022, cerca de 15,8% das crianças entre 5 e 10 anos acompanhadas pelo sistema apresentaram excesso de peso, sendo 9,7% com obesidade (Brasil, 2022). A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), de 2019, também apontou um aumento constante dos indicadores de excesso de peso nas faixas etárias mais jovens (IBGE, 2020). Já a Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL) em 2021 mostrou que 6,7% das

crianças brasileiras de 5 a 10 anos eram obesas (Brasil, 2022).

A obesidade infantil é reconhecida como um grave problema de saúde pública por seus impactos imediatos e a longo prazo. Além de aumentar o risco de doenças crônicas como diabetes tipo 2, hipertensão arterial e dislipidemias ainda na infância, ela contribui para a manutenção do excesso de peso na vida adulta, agravando o ônus econômico e social sobre o sistema de saúde (Lourenço *et al.*, 2020).

A escolha do município de Acaraú, localizado no estado do Ceará, para a realização deste estudo, justifica-se pela inserção do autor, residente em Nutrição, na Residência Multiprofissional com ênfase na Saúde da Família e Comunidade, atuando diretamente no território por meio do Programa Saúde na Escola (PSE). Essa inserção possibilita um olhar aprofundado sobre o contexto local, especialmente diante dos desafios socioeconômicos, da vulnerabilidade social e das fragilidades na estrutura dos serviços de saúde voltados à promoção da saúde infantil. Acaraú apresenta indicadores nutricionais e características populacionais que demandam ações específicas, contextualizadas e intersetoriais para a prevenção da obesidade infantil, problema que, quando não enfrentado precocemente, tende a persistir na vida adulta e aumentar o risco de agravos crônicos (Lourenço *et al.*, 2020; Oliveira *et al.*, 2021).

A relevância deste estudo também está na contribuição para a qualificação das ações da Atenção Primária à Saúde (APS), a partir do fortalecimento de políticas públicas como o Programa Saúde na Escola (PSE) e o Programa Crescer Saudável, que visam integrar os setores da saúde e educação para o enfrentamento de doenças e agravos prevalentes na infância. Com base em dados locais provenientes do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), é possível subsidiar estratégias de intervenção que promovam práticas alimentares saudáveis, incentivem a atividade física e proporcionem o acompanhamento contínuo do estado nutricional das crianças. Estudos locais são fundamentais para tornar as ações mais eficazes, adequadas à realidade vivenciada e sustentáveis em médio e longo prazo (Brasil, 2018; Gomes *et al.*, 2020; Silva; Bulardy, 2021).

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo geral analisar a prevalência de obesidade infantil no município de Acaraú-CE com base nos dados do SISVAN. Especificamente, busca-se identificar a prevalência referente ao ano de 2024, comparar os índices entre sexos e faixas etárias, bem como apontar tendências e propor recomendações que contribuam para a elaboração de estratégias de enfrentamento à obesidade infantil no território estudado.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo epidemiológico, de delineamento transversal e caráter descritivo, cujo objetivo é analisar o perfil nutricional de crianças de 0 a 10 anos de idade no município de Acaraú, Ceará, com base nos dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), no ano de 2024.

A fonte de dados utilizada é o SISVAN, disponível publicamente por meio da plataforma oficial do Ministério da Saúde, não sendo necessária coleta primária de dados. O acesso foi realizado por meio da aba de relatórios públicos do sistema, disponível no endereço eletrônico <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/>.

A população-alvo do estudo correspondeu às crianças de ambos os sexos, com idade entre 0 e 10 anos, cujos dados antropométricos foram registrados pelas equipes de saúde do município de Acaraú e devidamente inseridos no sistema SISVAN no período de janeiro de a dezembro de 2024.

Por se tratar de uma pesquisa baseada exclusivamente em dados secundários de domínio público, sem identificação individual dos sujeitos, foi dispensada a aplicação do

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme previsto na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016), que isenta projetos que utilizam bases públicas de dados secundários de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

A análise dos dados foi realizada por meio da sistematização das informações obtidas nas planilhas do SISVAN, com organização em tabelas. Os dados foram categorizados por faixa etária, sexo e situação nutricional (peso muito baixo para idade, peso baixo para a idade, peso adequado ou eutrófico e peso elevado para idade). A apresentação da tabela foi utilizada para facilitar a visualização e comparação dos resultados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente investigação analisou dados provenientes do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) referentes ao município de Acaraú/CE no ano de 2024, contemplando crianças de ambos os sexos com idade entre 0 e 10 anos, organizadas em dois grupos etários (0 a 5 anos e 5 a 10 anos), com o objetivo de estimar a prevalência de excesso de peso e obesidade infantil:

Peso x Idade (0 a 05 anos)											
UF	Código IBGE	Muni cípio	Peso muito baixo para a idade		Peso baixo para a idade		Peso adequado ou Eutrófico		Peso elevado para a idade		Total
			Quanti dade	%	Quanti dade	%	Quanti dade	%	Quanti dade	%	
CE	230020	Acar aú									
Masculino			9	0,36%	47	1,88%	2125	85.03%	318	12,73%	2499
Feminino			8	0,35%	17	0,74%	2030	88,35%	240	10,46%	2295

Fonte: SISVAN

Peso x Idade (05 a 10 anos)											
UF	Código IBGE	Município	Peso muito baixo para a idade		Peso baixo para a idade		Peso adequado ou Eutrófico		Peso elevado para a idade		Total
			Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
CE	230020	Acaraú									
Masculino			12	0,54%	54	2,44%	1782	80.42%	368	16.61%	2216
Feminino			4	0,17%	31	1,34%	1983	85.81%	293	12.68%	2311

Fonte: SISVAN

No grupo de crianças com idade entre 0 e 5 anos, observou-se que a maioria apresentava estado nutricional adequado, com 85,03% dos meninos e 88,35% das meninas classificados como eutróficos. Entretanto, uma parcela significativa da população analisada apresentou peso elevado para a idade, sendo 12,73% entre os meninos e 10,46% entre as meninas, valores superiores à média nacional para essa faixa etária, que foi de 11,2% segundo dados do SISVAN de 2022.

Na faixa etária de 5 a 10 anos, a prevalência de excesso de peso foi ainda mais expressiva, acometendo 16,61% dos meninos e 12,68% das meninas. Tais achados excedem os dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS, 2019), que estimou uma prevalência de 9,7% de obesidade nessa faixa etária em nível nacional, e superam também os percentuais apontados pelo VIGITEL de 2021, que reportou prevalência de obesidade de 6,7% em crianças brasileiras entre 5 e 10 anos.

A literatura corrobora esses resultados ao destacar o aumento progressivo da obesidade infantil, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica. Segundo Ribeiro et al. (2023), a combinação entre baixa qualidade alimentar, alto consumo de ultraprocessados, sedentarismo e menor escolaridade dos responsáveis são determinantes críticos para o ganho excessivo de peso na infância.

Os dados também evidenciaram diferenças significativas entre os sexos. Em ambas as faixas etárias, os meninos apresentaram prevalência superior de excesso de peso quando comparados às meninas. Essa tendência já foi descrita em revisões sistemáticas, como a de Silva et al. (2021), que atribuíram tal diferença a fatores hormonais, comportamentais e ambientais, sugerindo maior suscetibilidade do sexo masculino à obesidade infantil.

A elevada prevalência de excesso de peso observada no município de Acaraú/CE demonstra a urgência na qualificação das estratégias intersetoriais de promoção da saúde no território, sobretudo no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS). A implementação e o fortalecimento de políticas públicas como o Programa Saúde na Escola (PSE) e o Programa Crescer Saudável tornam-se essenciais para a prevenção da obesidade infantil, conforme destacado por Monteiro et al. (2022) e Costa et al. (2023), ao promoverem ações integradas de educação alimentar e incentivo à atividade física no ambiente escolar.

Adicionalmente, a experiência territorial do presente estudo, ancorada no acompanhamento direto das famílias e escolas locais, favorece uma leitura contextualizada da realidade nutricional das crianças acarauenses, possibilitando a formulação de estratégias mais efetivas, sustentáveis e socialmente pertinentes.

A utilização dos dados do SISVAN constitui uma ferramenta robusta de monitoramento do estado nutricional na infância, permitindo análises periódicas e subsidiando ações de intervenção na APS. Contudo, cabe destacar limitações intrínsecas ao sistema, tais como a baixa cobertura populacional, a subnotificação e a variabilidade na qualidade dos registros, o que pode comprometer a representatividade dos dados (Pereira et al., 2021).

Apesar dessas limitações, o presente estudo contribui de forma significativa para a identificação do perfil epidemiológico nutricional infantil no município, reforçando a importância da vigilância alimentar e nutricional contínua e da atuação qualificada do nutricionista na atenção primária.

4 CONCLUSÃO

A análise dos dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) referentes ao município de Acaraú/CE no ano de 2024 evidenciou prevalências significativas de excesso de peso e obesidade infantil em crianças de 0 a 10 anos, com destaque para os meninos e para a faixa etária de 5 a 10 anos, cujos índices superaram as médias nacionais estimadas por inquéritos epidemiológicos recentes.

Esses achados reforçam a gravidade da obesidade infantil como problema de saúde pública e indicam a necessidade urgente de intensificação de estratégias de prevenção e controle no território, sobretudo no âmbito da Atenção Primária à Saúde. Políticas públicas como o Programa Saúde na Escola (PSE) e o Programa Crescer Saudável devem ser fortalecidas, considerando as especificidades locais e os

determinantes sociais que influenciam os hábitos alimentares e o estilo de vida das crianças.

O estudo também aponta para a importância da vigilância nutricional contínua e qualificada, bem como da atuação intersectorial e territorializada, com protagonismo das equipes de saúde, escolas e famílias. Apesar das limitações do uso de dados secundários, como a possível subnotificação e cobertura restrita do SISVAN, os resultados obtidos oferecem subsídios concretos para o planejamento de ações educativas, assistenciais e de promoção da saúde, contribuindo para o enfrentamento da obesidade infantil de forma mais eficaz, equitativa e sustentável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44-46, 24 maio 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN**: relatório público 2022. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/>. Acesso em: 07 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **VIGITEL Brasil 2021**: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

COSTA, L. A. F.; MORAIS, R. R.; GUIMARÃES, M. C. A. S. Efeitos de intervenções escolares na prevenção da obesidade infantil: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, São Paulo, v. 17, n. 109, p. 282–290, 2023. Disponível em: <https://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/2321>. Acesso em: 07 abr. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde 2019**: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LOURENÇO, B. H. et al. Obesidade infantil no Brasil: panorama e desafios. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 20, n. 3, p. 595-603, jul./set. 2020.

MONTEIRO, C. A.; CANNON, G.; MOURA, I. C. F. de; SANTOS, L. P. S.; LOUZADA, M. L. da C. A importância das políticas públicas na prevenção da obesidade infantil: evidências brasileiras e internacionais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, e00193521, 2022. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00193521>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Obesity and overweight** – Fact sheet. Geneva: WHO, 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/obesity-and-overweight>. Acesso em: 07 abr. 2025.

PEREIRA, M. G.; SANTOS, L. C.; NASCIMENTO, F. A. SISVAN: limites e

potencialidades na avaliação do estado nutricional de crianças na Atenção Primária à Saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 55, n. 18, p. 1–10, 2021. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2021055002449>

RIBEIRO, R. Q.; SÁ, V. C. M.; CAMPOS, R. M. Obesidade em crianças brasileiras: revisão da prevalência e fatores determinantes. **Jornal de Pediatria**, Porto Alegre, v. 99, n. 1, p. 33– 41, 2023. <https://doi.org/10.1016/j.jped.2022.06.006>

SILVA, C. D.; MONTEIRO, P. H.; FERREIRA, M. F. Diferenças por sexo na prevalência de obesidade infantil: revisão sistemática com metanálise. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 9, e00225420, 2021. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00225420>